



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Formato misto (presencial + videoconferência)**

#### **10:00 HORAS**

1. *Audiência, por videoconferência, do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), sobre «o combate à pandemia e defesa do SNS»;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação da ata n.º 68, de 21 de abril de 2021;*
4. *Discussão e votação do Relatório sobre as iniciativas europeias COM (2021) 130 – «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, a fim de facilitar a livre circulação durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)», e a COM (2021) 140 – «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, destinados aos nacionais de países terceiros que permanecem ou residem legalmente no território dos Estados-Membros da UE durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)» - Relatora: Deputada Sónia Fertuzinhos;*
5. *Discussão e votação do Relatório sobre o «Relatório Portugal na União Europeia 2020» - Relator: Deputado Álvaro Almeida;*
6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 123/XIV/1.ª, da IL, «Pela não implementação de obrigatoriedade de permanência dos médicos no SNS após formação especializada»;*
7. *Discussão do PJR n.º 921/XIV/2.ª Ninsc CR, que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção do envelhecimento ativo e saudável e de proteção da população idosa no contexto da Covid-19»;*
8. *Admissão e distribuição das Petições n.ºs 229/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Lynparza para os doentes elegíveis com cancro da mama em Portugal», 231/XIV/2.ª - «Acesso generalizado aos testes rápidos de antigénio» e 234/XIV/2.ª*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL**

- «*Por uma ficha online com estado dos pacientes internados no SNS e acessível pelas famílias*»;

9. *Outros assuntos.*

1. Audiência, por videoconferência, do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), sobre «o combate à pandemia e defesa do SNS»

A Presidente agradeceu a presença do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), representado pelo seu Secretário-Geral, Jorge Roque da Cunha, que se fez acompanhar por Maria João Tiago Branco e Hermínia Teixeira, bem como a presença da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), representada pelo seu Presidente, Noel Carrilho, que se fez acompanhar por Rosa Ribeiro, Guida da Ponte e Mariana Neto.

Deu de seguida a palavra ao Presidente da FNAM, que agradeceu a disponibilidade da Comissão de Saúde e notou a oportunidade da audiência, pois é altura de repensar os cuidados assistenciais, salientando que o SNS foi uma imensa mais valia para controlar a situação pandémica, mas que mais investimento teria ainda mais impacto. Referiu que o cansaço dos profissionais é um problema premente, sendo fundamental reforçar os recursos humanos. Mais referiu que os planos de recuperação propostos são importantes, mas têm fragilidades, dando como exemplo a área da Medicina Geral e Familiar. Salientou também que é essencial valorizar a Saúde Pública, sendo esta a melhor altura para fazer a reforma dessa área, acrescentando que na área da medicina hospitalar continuam a faltar condições base, que comprometem as cirurgias e as consultas. Discorreu ainda sobre a atratividade do SNS, frisando ser essencial atrair mais médicos, regular as condições do Acordo Coletivo de Trabalho e negociar o regime de dedicação exclusiva no SNS.

O Secretário-Geral do SIM salientou a vontade de todos para encontrar soluções para o SNS, começando por indicar a importância da fixação de médicos no SNS, tendo de haver condições para tal. Referiu também ser impensável serem só os médicos e os enfermeiros dos centros de saúde os responsáveis pela vacinação, pois isso vai implicar mais atrasos nas consultas, sendo essencial mais contratações e concursos mais céleres. Notou ainda que há burocracias e procedimentos que oneram os cuidados de saúde primários, sendo urgente retirar-lhes esses encargos. Concluiu que a



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

recuperação das listas de espera está demorada, o que pode provocar um problema de saúde pública grave.

Falou de seguida Maria João Tiago Branco, que referiu ser urgente contratar médicos para assegurarem as funções relacionadas com a Covid-19, pois os médicos de família encontram-se já assoberbados e sem capacidade para acompanhar os seus doentes, referindo ainda que o plano de recuperação em curso não permite recuperar os atrasos nas listas.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Bruno Aragão, que começou por reconhecer o esforço feito pelos médicos e a centralidade do SNS, colocando questões sobre o reforço de recursos humanos, em particular nas especialidades, a recuperação da atividade dos cuidados de saúde primários, o combate às falsas urgências e a desburocratização e simplificação de processos; António Maló de Abreu, que salientou o esforço notável dos médicos do SNS no combate à pandemia e o número de óbitos provocado pela Covid-19 e os relacionados com a disrupção trazida pela pandemia, questionando sobre o processo de vacinação e a capacidade do SNS para assegurá-lo, juntamente com a recuperação da atividade assistencial, e a perceção sobre os eventuais atrasos no plano de vacinação; Moisés Ferreira, que frisou ser necessário reconhecer a importância do SNS e a sua importância para o País e não deixá-lo cair no esquecimento após a pandemia, tendo colocado questões sobre a negociação para revisão das carreiras, o acesso ao subsídio de risco e sobre a recuperação da atividade do SNS no pós-pandemia; Paula Santos, que salientou a importância do SNS e seus profissionais e a essencialidade do reforço da Saúde Pública, tendo colocado questões sobre a recuperação dos cuidados de saúde, a contratação e atração de profissionais e as condições de trabalho no SNS; Ana Rita Bessa, que começou por partilhar as preocupações com os doentes não-Covid e a falta de resposta às suas necessidades, tendo questionado sobre os cuidados de saúde primários, o atraso nas consultas, o alívio dos médicos que prestam cuidados de saúde primários e sobre a exclusividade de permanência no SNS; Cristina Rodrigues, que colocou questões sobre o acesso dos profissionais de saúde a cuidados psicológicos e a prestação dos mesmos e sobre a capacidade do Centro Hospitalar de Setúbal.

Respondeu o Secretário-Geral do SIM, que destacou a questão de fundo, que passa por libertar os profissionais de saúde de medicina geral e familiar, retirando as questões da vacinação e dos cuidados Covid da sua alçada, referindo igualmente que os médicos

**ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL**

não ficam no SNS porque não há perspetivas de melhorar as suas condições, salientando ser fundamental investir em infraestruturas, descongelar salários, avançar com a negociação no âmbito da contratação coletiva e assegurar apoio psicológico. Disse igualmente que é necessário haver mais médicos especialistas, o que implica haver maior capacidade de formação, tendo apresentado dados sobre a formação de quadros médicos. Concluiu dizendo que é fundamental libertar os médicos de tarefas burocráticas.

Falou de seguida o Presidente da FNAM, que referiu que a formação é uma preocupação muito premente e que se poderá resolver fixando os médicos no SNS, sendo que para tal se devem promover concursos na carreira médica, de modo a estimular a formação de especialistas.

Para complementar as respostas, usaram da palavra: Guida da Ponte, que disse que estão a terminar os contratos temporários celebrados no âmbito da pandemia, o que significa que o SNS vai ficar com menos médicos, referindo ainda que não há abertura para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho e que a atratividade do SNS depende da existência da possibilidade de progressões na carreira, salientando ainda que é necessário intervir na prevenção e tratamento do *burnout* dos profissionais de saúde e que, no que se refere ao Hospital de Setúbal, os médicos devem ser ouvidos quanto à requalificação das estruturas; Rosa Ribeiro, que começou por referir que o SNS conseguiu dar o seu melhor no combate à pandemia, mas é necessário preparar o futuro, notando que há dificuldades em lidar com todas as funções atribuídas, pelo que é necessário aumentar a capacidade do SNS, fixando mais profissionais, e melhorar as condições de trabalho e a gestão; Hermínia Teixeira, que chamou a atenção para o facto de o subsídio de risco não estar a ser pago, nem processado, na maioria dos casos.

A Presidente agradeceu novamente a presença do SIM e da FNAM, salientando a importância dos contributos apresentados, dando de seguida a audiência por encerrada.

**2. Informações**

A Presidente deu nota de que é necessário que os grupos parlamentares indiquem as prioridades de agendamento das audições e audiências pendentes e lembrou que a próxima audição regimental com a Ministra da Saúde está agendada para o dia 19 de maio. Informou também que a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto convidou a Comissão de Saúde para participar no Café de Ciência, sobre o tema «O

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

que aprendemos, mas ainda não sabemos, sobre as doenças zoonóticas», que se realizará no dia 5 de maio às 18h00.

3. Apreciação e votação da ata n.º 68, de 21 de abril de 2021

A ata n.º 68, de 21 de abril, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do CH.

4. Discussão e votação do Relatório sobre as iniciativas europeias COM (2021) 130 – «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, a fim de facilitar a livre circulação durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)», e a COM (2021) 140 – «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, destinados aos nacionais de países terceiros que permanecem ou residem legalmente no território dos Estados-Membros da UE durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)» - Relatora: Deputada Sónia Fertuzinhos

A Deputada Sónia Fertuzinhos apresentou o Relatório sobre as iniciativas europeias COM (2021) 130 – «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, a fim de facilitar a livre circulação durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)», e a COM (2021) 140 – «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, destinados aos nacionais de países terceiros que permanecem ou residem legalmente no território dos Estados-Membros da UE durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)», tendo feito referência aos traços principais das aludidas iniciativas, concluído que os princípios de subsidiariedade e proporcionalidade foram respeitados e que se verifica que as propostas em causa não excedem o necessário para cumprir os objetivos, estando o Relatório, depois de aprovado, em condições ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

O Deputado Álvaro Almeida cumprimentou a Deputada Relatora e referiu que, mais do que uma análise factual, gostaria de ver discutida a substância. Deu nota que o PSD



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

considera o certificado verde digital um elemento fundamental para Portugal que facilitará a circulação na União Europeia.

O Deputado Moisés Ferreira também cumprimentou a Deputada Relatora e aproveitou para manifestar que o BE tem reservas e preocupações quanto à criação destes certificados, porquanto estes afrontam o espírito de solidariedade global e colocam o foco no acesso à vacina e não naqueles que não têm acesso.

A Deputada Paula Santos referiu que estas duas propostas causam ao PCP grandes preocupações. Deu nota que já existe um Regulamento sanitário, ratificado por Portugal, que permite aos países determinar quais os critérios de entrada em território nacional e que cabe a Portugal a definição desses critérios, sob pena de estarmos perante uma usurpação de competências e soberania em matérias tão relevantes como é a saúde. Disse, por fim, que o PCP não acompanhará este Relatório, pelos motivos expostos.

A Deputada Sónia Fertuzinhos associou-se às palavras do Deputado Álvaro Almeida quanto à necessidade da discussão da substância. Referiu que o PS está de acordo quanto às iniciativas ora discutidas.

O Relatório foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e com os votos contra do BE e do PCP, registando-se a ausência do PAN e do CH.

#### 5. Discussão e votação do Relatório sobre o «Relatório Portugal na União Europeia 2020» - Relator: Deputado Álvaro Almeida

O Deputado Álvaro Almeida apresentou o «Relatório Portugal na União Europeia 2020», quanto às matérias da competência do Ministério da Saúde, tendo excluído aquelas que, mesmo relacionadas com a Covid-19, não fazem parte do elenco das competências do Ministério da Saúde. Deu nota que no texto principal fez referência àquelas que considerou mais importantes, tendo remetido para um anexo a descrição de todas as restantes atividades. Concluiu que Portugal acompanhou as iniciativas e as prioridades definidas pelos órgãos competentes da União Europeia e que o presente Relatório, depois de aprovado, se encontra em condições de ser remetido à Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, para os efeitos legais e regimentais aplicáveis.

A Deputada Joana Lima cumprimentou o Deputado Relator pela elaboração do Relatório que considera descritivo, factual e equilibrado.





## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Álvaro Almeida agradeceu e aludiu à necessidade de se fazer uma reflexão conjunta sobre a elaboração deste tipo de Relatórios, defendendo que seria mais útil que se fizessem discussões políticas sobre a substância daqueles.

O Relatório foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP, com a abstenção do BE e PCP, registando-se a ausência do PAN e CH.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 123/XIV/1.ª, da IL, «Pela não implementação de obrigatoriedade de permanência dos médicos no SNS após formação especializada»

Este ponto da ordem do dia foi adiado para uma próxima reunião.

7. Discussão do PJR n.º 921/XIV/2.ª Ninsc CR, que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção do envelhecimento ativo e saudável e de proteção da população idosa no contexto da Covid-19»

A Deputada Cristina Rodrigues apresentou o PJR n.º 921/XIV/2.ª, tendo aludido ao aumento da esperança média de vida, e conseqüente envelhecimento da população, e à especial vulnerabilidade da população idosa. Referiu a necessidade de implementação de políticas públicas de promoção do envelhecimento ativo que garantam à população idosa uma vida com qualidade, saúde, autonomia e independência, estabelecendo mecanismos que permitam a regular a monitorização e avaliação destas políticas.

A Deputada Anabela Rodrigues sublinhou a importância do tema, tendo feito referência ao Despacho n.º 12427/2016, de 17 de outubro, que criou um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de apresentar uma proposta de Estratégia Nacional para o Envelhecimento ativo e saudável.

A Deputada Sandra Pereira deu nota que o PSD concorda com as preocupações inerentes ao Projeto de Resolução em discussão, tendo manifestado algumas reservas quanto a algumas recomendações que podem causar obstáculos à concretização dos objetivos que visam alcançar.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que o BE acompanha o Projeto de Resolução em análise, referindo que podia ter abrangido mais matérias, tendo, porém, reservas quanto à necessidade da criação de mais um grupo de trabalho (recomendação n.º 9) e quanto



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

à perspetiva economicista do projeto, uma vez que o BE defende uma perspetiva de solidariedade intergeracional.

A Deputada Paula Santos disse que o PCP defende que se criem melhores condições de vida, entre as quais o acesso à saúde no SNS pela população mais idosa, que, durante a vida ativa, contribuiu para o país. Não se revê, contudo, na visão economicista subjacente ao Projeto de Resolução em causa. Fez ainda referência à Resolução da Assembleia da República n.º 88/2018 que teve, entre outros, na origem, um PJR do PCP.

A Deputada Cristina Rodrigues referiu, no fim da discussão, o Relatório «Portugal mais Velho – Por uma sociedade onde os direitos não têm idade», elaborado pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que aborda a perspetiva mais economicista da questão, acrescentando, ainda, que a criação de um grupo de trabalho visa que sejam alcançados os objetivos que o grupo de trabalho já criado não atingiu.

Concluída a discussão dos PJR, a respetiva Informação será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

8. Admissão e distribuição das Petições n.ºs 229/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Lynparza para os doentes elegíveis com cancro da mama em Portugal», 231/XIV/2.ª - «Acesso generalizado aos testes rápidos de antigénio» e 234/XIV/2.ª - «Por uma ficha online com estado dos pacientes internados no SNS e acessível pelas famílias»

A Petição n.º 229/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Lynparza para os doentes elegíveis com cancro da mama em Portugal» foi admitida e distribuída ao Grupo Parlamentar do PCP; a Petição n.º 231/XIV/2.ª - «Acesso generalizado aos testes rápidos de antigénio» foi admitida e distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD; a Petição n.º 234/XIV/2.ª - «Por uma ficha online com o estado dos pacientes internados no SNS e acessível pelas famílias» foi admitida e distribuída ao Grupo Parlamentar do BE. Os grupos parlamentares indicarão posteriormente os Deputados Relatores.

A Vice-Presidente Paula Santos assumiu a condução dos trabalhos na parte final da reunião, que foi encerrada às 12:48 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação





**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL**

ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação da audiência efetuada durante a presente reunião pode ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 29 abril 2021.

**A PRESIDENTE**

*M. Antónia Almeida Santos*

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
Francisco Rocha (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Luís Graça (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Sara Velez (PS)  
Fernanda Velez (PSD)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

José Manuel Pureza (BE)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

André Ventura (CH)